

# DINÂMICAS DE CONVIVÊNCIA

Por Redação

*Supervisores dos SCFV mantidos pela PAULUS falam um pouco sobre o cotidiano e os impactos dos serviços em seus territórios.*

Componente da Proteção Social Básica, a essência do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) está manifesta em seu nome: ser um espaço no qual os atendidos e a comunidade afunilam e fortalecem sua dinâmica de convivência social através das mais diferenciadas atividades e processos. Conforme observa Pedro Figueiredo, Supervisor do Centro PAULUS de Convivência – Vila Mariana (um dos três SCFV mantidos pela PAULUS em São Paulo), “é um lugar onde as pessoas que participam ficam em grupos e fazem as atividades propostas, que são do ‘percurso’. Estes servem para garantir as aquisições progressivas, como está colocado na tipificação nacional dos serviços socioassistenciais. É um serviço que funciona complementando o trabalho social com as famílias e atua para prevenir situações de risco e de vulnerabilidade social. Trabalhamos sempre em grupo, mas também pensando no indivíduo, na sua família, sempre buscando aproximar as pessoas dos integrantes da família e para que aquela pessoa desenvolva, além de habilidades, também a sua identidade, o seu sentimento de pertencen-

ça no território e seu protagonismo. É um serviço que trabalha também pra garantir os direitos básicos, seja de crianças, adolescentes, adultos ou idosos.”

Fábio Maganha, Supervisor do Centro PAULUS de Convivência – Osasco, complementa essa leitura: “Paulo Freire diz que ‘mundo não é: o mundo está sendo’. Então, para mim o serviço de convivência é esse organismo vivo. Ele deve estar em constante diálogo com a comunidade, com o território e com as demandas do lugar que ele tá inserido. É um espaço que deve estar em diálogo constante com a política de assistência social, bem como com as políticas públicas de educação, cultura, lazer, esporte... Além disso, é importante planejar e pensar esse serviço tanto quanto for possível com as pessoas que estão nele, que o frequentam.”

Mônica Ferreira, que atua como Supervisora no Centro PAULUS de Convivência – Freguesia do Ó, observa também como esse diálogo se manifesta com outros serviços da assistência social: “O serviço de fortalecimento de vínculo sempre tem reuniões nas quais buscamos fortalecer esses laços com a rede. Então nós

conversamos com as pessoas dos serviços da Secretaria de Saúde, as UBSs, o CAPS, hospitais, com a Secretaria de Educação e, sobretudo, com os serviços da Secretaria de Assistência Social de forma geral, através do CRAS. Com o CRAS nós fazemos encaminhamentos e conversamos com vários outros serviços da rede.”

A operacionalização cotidiana desse trabalho dialogado e plural demanda profissionais dotados de igual pluralidade: “Os trabalhadores do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo em geral são psicólogos, pedagogos, assistentes sociais...” sinaliza Mônica. Pedro acrescenta: “Existe uma gama muito grande de pessoas que trabalham nos serviços, tanto em relação a formação, geralmente são mais pessoas com formação em serviço social e muitos em outras áreas de ciências humanas. Em termos de cargos dentro do serviço, geralmente há uma pessoa responsável pelo administrativo, alguém que atua como gerente do serviço (ou no caso aqui da PAULUS, supervisora); e temos também os educadores ou orientadores sociais. Há também em alguns serviços os oficinairos, que não ficam tempo in-

tegral no serviço e geralmente, em mais de um serviço, tem pessoas responsáveis pela alimentação, pelos serviços gerais, além de gestores técnicos que garantem também o funcionamento do serviço. Então, em alguns locais você vai ter assistente social, psicólogo e dentro das instituições coordenadores, gerentes... variando de instituição pra instituição, mas o básico seriam esses trabalhadores.”

Pedro prossegue, “o público dos SCFV é muito amplo, pois existem serviços para crianças até seis anos, para crianças e adolescentes de seis a quinze anos, adolescentes e jovens de quinze a dezessete anos, jovens de dezoito a vinte e nove anos, adultos dos trinta aos cinquenta e nove anos e idosos de sessenta anos para cima. Cada serviço tem uma especificidade, tem objetivos: alguns são iguais, mas a maioria são específicos. Por exemplo, no serviço para adolescentes de seis a quinze anos existe um público prioritário, que podem ser crianças e adolescentes que foram encaminhadas pelo PET (que é o programa de erradicação do trabalho infantil), ou crianças e adolescentes com deficiências e

com prioridade pra quem recebe o BPC (Benefício de Prestação Continuada), crianças e adolescentes de famílias que são também beneficiárias de programas de transferência de renda, entre outros casos.”

## IMPACTOS

Quando a atuação em rede é bem articulada, a existência de um SCFV altera intimamente a dimensão do território que ocupa. Mônica Ferreira observa que “um serviço de convivência e fortalecimento de vínculo aqui na região da Freguesia do Ó e Brasilândia tem um impacto e uma importância muito grande. Nós do Centro de Convivência PAULUS temos esse público composto

por crianças que vem da Brasilândia e região. Nós atendemos crianças que moram um pouco mais longe, mas acabam vindo de transporte escolar. Dentro do espaço do Centro de Convivência atendemos diversas demandas e percebemos cada vez mais como esse serviço é de extrema importância aqui. Muitas vezes nós atendemos crianças que querem apenas conversar, se abrir e muitas vezes não tem esse espaço e esse olhar para elas. A gente trabalha para que os orientadores possam atendê-las individualmente. As crianças buscam socialização, um olhar diferenciado, uma escuta.

“Um impacto que eu observo no serviço é a capacidade de estreitar o diálogo entre as políticas. Nós buscamos sempre fazer um estudo socioterritorial aberto e esse estudo é feito com as pessoas que estão na ponta; as professoras, a direção da escola, a direção da UBS, a gestão do CRAS, quando há um diálogo mesmo e de

verdade acontecem transformações que a gente propõe e elas voam. Então o impacto seria melhorar a qualidade de vida das pessoas do território por meio dessas conversas e dessas redes de apoio, além da garantia de direitos” sintetiza Fábio.

Pedro complementa: “O impacto do Serviço de Convivência no território é muito grande, pois ele acaba sendo um lugar de referência para os moradores do território, principalmente para quem o frequenta e é atendido nos serviços, mas também pra quem não é diretamente atendido, mas sabe que ele existe, sabe que funciona, como funciona, o que acontece, o que faz... e também por ser um local de proteção. Em muitas situações nas quais a criança, o adolescente ou o idoso estaria sozinho em casa, na rua ou em alguma situação de risco e de vulnerabilidade, essa pessoa pode estar no serviço, sendo assessorada. Então o serviço de convivência tem

um impacto muito grande porque ele vai reunir pessoas, vai trabalhar protagonismo, desenvolver a identidade da pessoa, pertença ao território, pertença a sua família, vai resgatar ali alguns valores, algumas tradições ou conheceres mesmo que são da família... Então isso tudo tem um impacto muito grande no coletivo que está ali em torno do serviço e na individualidade de quem é atendido; surgem novas habilidades e novos conhecimentos. Além disso, existem muitas pessoas que recorrem ao serviço para conseguir informações, por exemplo; uma família não sabe que ela tem direito ao acesso a um posto de saúde, a uma vacina, um remédio, e no serviço de convivência ela acaba recebendo essa informação ou até mesmo um encaminhamento. Então essa família passa a receber o que é de direito dela; esses são alguns dos impactos extremamente positivos que o serviço tem em seu território”.



Foto: Freepik.